

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Gabrielly dos Santos Sales

**A FALTA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E AS CONSEQUÊNCIAS NA VIDA DO
CIDADÃO BRASILEIRO**

Rio de Janeiro

2022

Gabrielly dos Santos Sales

**A FALTA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E AS CONSEQUÊNCIAS NA VIDA DO
CIDADÃO BRASILEIRO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
– Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz)
como requisito parcial para aprovação no
Curso Técnico em Gerência em Saúde.**

Orientador: Antônio José Marinho Ribeiro

Rio de Janeiro

2022

RESUMO

A educação financeira se dá através da administração dos ganhos, com os princípios de analisar e gerir a entrada e a saída dos recursos financeiros, seja no âmbito pessoal, familiar ou profissional. O objetivo central do trabalho teve como finalidade estudar o tema e realizou uma análise de informações secundárias, desmembrando o processo de endividamento e a relação com a falta de educação financeira. A presente monografia procurou abordar como a falta de educação financeira pode impactar o indivíduo e as finanças das famílias. Por isso, a relevância da administração do dinheiro, pois aumenta a qualidade de vida e prepara para possíveis emergências, quando se estabelece estratégias para atingir os objetivos em longo, médio e curto prazo, por isso, cabe demonstrar o impacto da necessidade da educação financeira na formação da cidadania até a conjuntura da família brasileira.

Palavras-chave: educação financeira; planejamento financeiro; endividamento das famílias.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
2 JUSTIFICATIVA	07
3 REFERENCIAL TEÓRICO	08
3.1 A história da educação financeira no Brasil	08
3.2 Objetivos da educação financeira	09
3.3 A importância da educação financeira	10
4 DESENHO DO ESTUDO.....	11
4.1 Pergunta norteadora	11
4.2 Objetivo geral	11
4.3 Objetivos específicos	11
5 METODOLOGIA	12
6 ANÁLISE DO CUSTO DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA	12
6.1 Famílias de Renda Baixa	13
6.2 Famílias de Classe Média	15
6.3 Famílias de Classe Alta	17
7 ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA	19
8 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA EVOLUÇÃO NO BRASIL	27
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

1 INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho é a educação financeira, que pode ser agrupada em habilidades essenciais, incluindo: diminuição de gastos e aumento de ganhos, conhecimento sobre investimentos e acúmulo de riquezas, assim como outras abordagens inerentes à matéria. Esse tipo de educação pode proporcionar uma melhoria na qualidade de vida em longo prazo, evidenciada por uma redução no estresse causado por endividamento e pela habilidade que a ajudará a lidar com o seu tempo e aproveitar a vida com liberdade, tendo controle dos seus recursos, o que leva as pessoas a terem uma vida menos estressante.

Segundo Kiyosaki (2017, p. 35) “Trabalha-se, recebe-se o salário, confere-se os canchotos do talão de cheques e isso é tudo. [...] Então pensam que mais dinheiro vai resolver a situação e não percebem que o problema é a falta de instrução financeira”. Reafirmando que o problema principal dos indivíduos ao lidar com o dinheiro é a falta de educação financeira.

Além disso, a ausência dessa educação tem sido a causadora de muitos problemas financeiros, o que pode ser visto pelo número de famílias endividadas no Brasil que chega à ordem de 67,5% em abril de 2021, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

A forma indevida de como as pessoas lidam com o dinheiro no Brasil antecede o nosso presente. Com a inflação em alta (antes do Plano Real) as pessoas tinham de gastar o seu dinheiro antes que a moeda fosse desvalorizada e algo que poderia acontecer várias vezes antes do fim do dia, causando o curto-prazismo na população.

Ademais, Figo (2020), traz dados que mostram que o Governo na tentativa de resolver a questão econômica do país realizou o confisco das poupanças no governo Collor, o presidente bloqueou até o limite de 50 mil cruzados novos das poupanças, fazendo com que o Ibovespa despencasse 22,27%, causando pânico para o mercado, e isso, introduziu na população medo ou receio de realizar transações bancárias, e por isso, não poupavam, nem investiam.

Com isso, é de suma importância a abordagem da educação financeira e compreensão de como a falta dela pode afetar o indivíduo. Muitas pessoas, majoritariamente jovens, terminam o ensino médio e assumem responsabilidades das quais antes os seus responsáveis cuidavam, ou até mesmo concluem o ensino superior e atingem o seu sucesso profissional, entretanto não tem habilidades financeiras e acabam endividadas.

Não é uma questão de renda, pois independente de quanto recebam, a tendência é que essa pessoa se endivida ou compre compulsoriamente coisas desnecessárias cada vez mais. E elas sempre estarão trabalhando arduamente para cumprir com os seus gastos ou assumindo novas dívidas, ao invés de aprender a lidar com o seu dinheiro.

Sendo assim, muitas vezes por causa desse descontrole e pela falta de educação financeira, as pessoas enfrentam dificuldades com qualquer imprevisto que venha acontecer, pois não possuem um planejamento, como uma reserva de emergência. Vivem para o trabalho e acabam não separando um tempo para cuidar de si mesmo, podendo trazer sérios danos para a sua saúde física e mental, tendendo a desviar ainda mais a atenção das suas inadequações financeiras.

Segundo Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF (2017) em matéria da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (OCDE, 2005).

De forma mais simplificada, Educação Financeira é o processo do qual os indivíduos aprendem a respeito da Economia e se mantêm informados para lidar de forma consciente e disciplinada com o seu dinheiro, visando um planejamento a longo prazo que dê maior qualidade de vida no futuro.

Logo, a monografia buscou responder o que a ausência de educação financeira pode acarretar a vida do brasileiro, tendo como objetivos a caracterização dos fatores que levam as famílias brasileiras ao endividamento, entendimento das principais causas do endividamento, compreensão de como a educação financeira vai auxiliar as famílias, analisando estratégias que possam nortear as famílias a terem uma vida mais disciplinada, planejada e com controle de seus recursos.

2 JUSTIFICATIVA

A inexistência de educação financeira no Brasil faz com que a qualidade de vida da população diminua. Em um país em que a taxa de desemprego é alta e não existe oportunidade para todos, é imprescindível saber administrar os ganhos para passar por possíveis turbulências na vida e na jornada do trabalho.

O presente trabalho buscou entender o processo que acarreta o endividamento dos brasileiros e como isso afetou a vida dos mesmos. E a fim de resolver essa questão, o estudo buscou estratégias para introduzir a educação financeira no cotidiano das famílias.

Segundo Rennó (2016) o planejamento financeiro faz com que os indivíduos consigam ter maior controle de seus recursos. E com disciplina, construam a sua reserva de emergência para passar por turbulências, tendo como consequência a diminuição do endividamento, quando as pessoas se preparam para passar por certas emergências, assim, não será preciso recorrer ao crédito ou financiamento.

Desta forma, as estratégias de educação financeira trariam mais tranquilidade e mais controle para a vida cotidiana dessas pessoas e famílias, pois a falta dessa educação pode trazer sérios danos também para a saúde. Pois, durante a crise econômica que vivenciamos em 2014 e a crise sanitária da Covid-19 e econômica dos últimos anos foi notório o aumento de casos de pessoas estressadas ou com sinais e sintomas de transtornos de ansiedade, depressão e insônia.

Por essas razões, a educação financeira é indispensável para a vida pessoal, familiar e para a sociedade em geral. Quando os indivíduos passam a tomar decisões acertadas a respeito do seu orçamento, e, com planejamento, esses indivíduos conseguem produzir o bem-estar pessoal e familiar. Diminuindo também o uso dos serviços públicos que muitas vezes acabam sendo sobrecarregados, causando a ineficiência do sistema e a precarização para quem precisa e não tem outra alternativa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A história da educação financeira no Brasil

Segundo Araujo e Calife (2014) a ausência de educação financeira, não é de hoje, mas sim, ela perpassa pela nossa história, de modo que as pessoas de classe baixa e média, especificamente antes do Plano Real, não conseguiam ter controle de seus recursos, devido a grande inflação vigente no Brasil durante esse período. Só mesmo depois do Plano Real, a estabilidade começou a aparecer, a moeda se valorizou e as pessoas começaram a ter mais esperança sobre o seu futuro.

Desse modo, a educação financeira no Brasil até o ano de 1990 era voltada para “dicas de investimentos” com os especialistas do mercado financeiro, em que se concentravam na compra de ativos, através de títulos bancários, títulos públicos e até mesmo ações de empresas.

No entanto, o foco dessa educação era voltado somente para aqueles que já possuíam recursos frente ao mercado, e assim, recebiam dicas de como investir esse dinheiro, mas não havia um ensinamento mais elaborado de planejamento financeiro, através da poupança.

Araujo e Calife (2014) ainda mencionam que claramente não era uma questão de escolha, visto que a população naquele momento não tinha acesso a informação, com o crédito escasso e com a inflação altíssima, o dinheiro se desvaloriza muito rápido, a ponto de que um indivíduo de classe média não conseguia obter controle de seus recursos, o seu dinheiro só circulava para as compras básicas da sua família, a fim de não perder o seu poder de compra. Desta forma, um planejamento não era possível, e por isso, era impossível se planejar em curto, médio ou a longo prazo.

Com a melhora da economia depois de 1999, o Brasil começou a ter mais controle da inflação e a população começou a ter acesso ao crédito, com a expansão da bancarização. Assim, através da grande disseminação do crédito por diferentes fatores econômicos, indivíduos de classe média conseguiram acesso ao crédito e através dele, conseguiram entender o conceito de planejamento financeiro que antes não existia.

Conforme dito por Araujo e Calife (2014), com essa grande expansão do crédito, muitas empresas de diversos setores começaram a incentivar o crédito através do consumo. Se tornando um problema mais tarde, visto que a população estava adquirindo crédito por um período curto e antes nem mesmo conheciam o planejamento. Então, essa inexperiência do consumidor, junto

com a falta de informação de conceitos básicos da educação financeira, fez com que a taxa de endividamento subisse e a taxa de inadimplência também.

3.2 Objetivos da educação financeira

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2010) conceitua a educação financeira como o processo em que os indivíduos e as sociedades compreendem os conceitos e os produtos financeiros, de modo a tomarem as suas próprias decisões de mercado, de forma consciente, com informação, formação e orientações claras, lidando com as oportunidades e os riscos envolvidos neles, fazendo escolhas que melhorem o seu bem-estar, criando indivíduos e sociedades responsáveis e comprometidas com o futuro.

Com isso, a educação financeira lidará com três conceitos, que são: ganhar, economizar e investir. Incentivando a renda extra, controlando o consumo desnecessário e oferecendo informações de investimentos para aumentar os seus ganhos, e assim, aprendendo a lidar com o seu dinheiro.

Sendo assim, a ENEF (2010) criou uma política pública para promover a educação financeira no Brasil, com o público voltado para jovens e crianças que tenham interesse em aprender sobre finanças pessoais. Para isso foi desenvolvida a tabela abaixo que desenha os objetivos, competências e conceitos relacionados às políticas desenvolvidas pela ENEF.

Objetivo	Competência	Conceitos
1. Formar para cidadania (DE)	1. Exercer direitos e deveres de forma ética e responsável	Cidadania Consumo responsável (consciente e sustentável)
2. Educar para o consumo e a poupança (DE)	2. Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis	Receitas e despesas/orçamento
	3. Aplicar compreensão de receitas e despesas na manutenção do balanço financeiro	
	4. Harmonizar desejos e necessidades, refletindo sobre os próprios hábitos de consumo e poupança	Reservas (poupança) e investimento
	5. Valer-se do sistema financeiro formal para a utilização de serviços e produtos financeiros	Crédito
3. Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude (DE)	6. Avaliar ofertas e tomar decisões financeiras autônomas de acordo com as reais necessidades	Autonomia
4. Formar disseminadores e/ou multiplicadores em EF (DE)	7. Atuar como disseminador dos conhecimento e práticas de EF	Disseminação e/ou multiplicação
5. Desenvolver a cultura da prevenção e proteção (DT)	8. Valer-se de mecanismos de prevenção e proteção de curto, médio e longo prazos	Prevenção Proteção
6. Instrumentalizar para planejar em curto, médio e longo prazos (DT)	9. Elaborar planejamento financeiro no curto, médio e longo prazos	Planejamento
7. Proporcionar a possibilidade de melhoria da própria situação (DT)	10. Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas	Mudança de condições de vida

¹ DE – Dimensão Espacial ² DT – Dimensão Temporal

3.3 A importância da educação financeira

A importância da educação financeira pode ser vista por diferentes perspectivas, uma delas, é a promoção do bem-estar pessoal, em que jovens e adultos estarão preparados para tomar decisões em que definirão o seu futuro. Se não, as consequências vão desde a desorganização do seu planejamento pessoal e familiar, até a inserção do seu nome em sistemas de proteção de crédito, como SPC/ Serasa. Prejudicando não só o seu consumo, como também interferindo na sua carreira profissional. Uma outra consequência mais grave, pode ser o bem-estar da sociedade, em que em situações extremas pode ocasionar o sobrecarregamento dos serviços públicos, causando ineficiência nesses serviços prestados para a população, além de provocar novas medidas públicas de combate ao endividamento, como o aumento e a criação

de novos impostos e contribuições, a fim de regular o mercado, fazendo com que o indivíduo fique totalmente dependente de sistemas, como o SUS e INSS (LUCCI, 2006).

Segundo Braunstein e Welch (2002), em um artigo do boletim do Federal Reserve, a má administração do dinheiro faz com que os consumidores fiquem mais vulneráveis a crises financeiras mais graves. Visto de forma mais ampla, as autoras colocam que as operações de mercado e as forças competitivas acabam comprometidas quando os consumidores não têm habilidade para administrar os seus recursos, de forma efetiva. Mas quando os indivíduos são bem informados, o mercado acaba por se tornar mais competitivo e eficiente.

4 DESENHO DO ESTUDO

4.1 Pergunta norteadora

O que a ausência de educação financeira pode acarretar a vida do brasileiro?

4.2 Objetivo geral

Identificação das principais consequências que a ausência de educação financeira pode acarretar a vida do cidadão brasileiro.

4.3 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

- 1) Caracterização dos fatores que levam as famílias brasileiras ao endividamento;
- 2) Entendimento das principais causas de endividamento das famílias brasileiras;
- 3) Compreensão de como a educação financeira vai ajudar as famílias;
- 4) Análise das estratégias que possam auxiliar as famílias a terem uma vida mais disciplinada, planejada e com controle de seus recursos financeiros.

5 METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou a abordagem qualitativa, analisando dados secundários e informações bibliográficas inerentes ao tema. Para isso, foi utilizado o Google Acadêmico e livros, a fim de desenhar o referencial teórico para guiar o trabalho. E teve como objetivo responder à pergunta norteadora da referida monografia.

Com isso, a metodologia escolhida permitiu acessar informações e pesquisas que conseguissem desdobrar o processo que a ausência de educação financeira pode acarretar na vida do brasileiro. Identificando comportamentos que comprometam essa educação, assim como, destacando a importância da instrução financeira para administrar o orçamento das famílias para que com planejamento elas consigam criar metas de curto, médio e longo prazo para melhorar a sua qualidade de vida. Servindo também, como uma fonte de informação e um guia dos assuntos abordados para as famílias interessadas em educação financeira.

6 ANÁLISE DO CUSTO DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Antes de analisar o custo de vida de uma população é preciso entender a conjectura da população brasileira (população estudada), compreender as nuances e tudo que entrelaça essa população.

O custo de vida serve para medir qual o valor gasto por uma pessoa ou por uma população com os diversos bens e serviços utilizados para a sobrevivência humana e o bem-estar em geral. Se diferenciando de pessoa para pessoa, o custo de vida pode variar de acordo com o gênero, pois os gastos entre homens e mulheres são diferentes, as mulheres têm necessidades que os homens não têm e vice-versa, outro fator que pode impactar muito, é a situação econômica desse indivíduo, assim como os números de filhos, em que local essa pessoa reside, o seu estado de saúde caso tenha alguma doença e se é necessário, acompanhamento médico, remédios regulares ou até mesmo internação, o que por muitas vezes, o indivíduo pode onerar o orçamento ou se endividar pela dificuldade de acesso ao Sistema Único de Saúde – SUS, e, outro fator que interfere é a idade da pessoa, pois de acordo com a sua idade ela terá necessidades e hábitos diferentes.

Já o custo de vida especificamente da população é a junção de alguns desses fatores citados e medidos de acordo com a sua região. Segundo o site *The Capital Advisor* (2021), os índices de custo de vida são indicadores que são somados e usados para fazer uma média entre os preços pagos por bens e serviços de uma cesta média em determinada localização. Podendo

medir o valor que custa morar naquela região considerando um certo padrão de vida, avaliando também o salário médio desse lugar.

Segundo Mori (2019), em matéria da OCDE identifica a classe média, levando em consideração os lares que vivem com renda entre 75% e 200% da média nacional do país. Sendo acima dessa porcentagem, considerada renda alta e abaixo considerada renda baixa e para fazer essa análise do custo de vida da população brasileira, se fez necessário dividir em três partes: famílias de baixa renda; famílias de classe média; e famílias de classe alta.

6.1 Famílias de baixa renda

Hoje no Brasil existe uma desigualdade social muito grande, quem mais sofre são justamente as pessoas de baixa renda que têm poucos recursos para manter a sua família e dependem muito de políticas sociais que por muitas das vezes, podem não atender a necessidade dessa população.

Segundo o site Ponte Social (2021), os dados do IBGE de 2018 nos mostram que 13, 5 milhões de pessoas estão em situação de extrema pobreza e somados aos que estão na linha de pobreza, chega a 25% da população, sendo um quarto do país (52,7 milhões de pessoas).

Entretanto, uma outra coisa chama atenção, segundo os dados da Ponte Social (2021), os pretos e pardos ocupam 72,7% dos que estão em situação de pobreza ou extrema pobreza e o rendimento domiciliar per capita médio de pretos e pardos é metade do que são recebidos pelos brancos.

Não obstante a isso, 44% dos que estão na pobreza ou extrema pobreza são da região do Nordeste e todos os estados das regiões Norte e Nordeste apresentaram indicadores de pobreza acima da média nacional.

Segundo o site Politize (2017), os negros representam a maior parte dos moradores de favela, sendo 72% dos moradores de favela compostos por pessoas negras, acontecendo também a criminalização dos moradores de favelas em que a maior parte vai recair sobre a pessoa preta. E, além disso, ainda tem a questão de gênero em que ainda existem mulheres que recebem salário inferior ao do homem, mesmo ocupando o mesmo cargo na empresa.

Por muitas vezes, esses grupos sociais afetados pela desigualdade social precisam lidar com a interseccionalidade, termo em que se refere quando um mesmo indivíduo é atingido por diversos marcadores sociais, como a questão de gênero, racial, localização, classe, etc. Enfrentando, assim, muito mais dificuldades que outros grupos sociais não precisam enfrentar. Exemplo: uma mulher nordestina, negra e pobre. Os marcadores sociais que incidem sobre ela,

criam barreiras na vida pessoal e profissional, e, sem alternativa, ela terá que lidar com essas questões. Conforme demonstra a figura a seguir:



Então, foi possível observar que a desigualdade social afeta certos grupos da sociedade de forma mais expressiva e ela está diretamente relacionada com a desigualdade econômica, em que as pessoas menos favorecidas são afetadas por sua condição social, sendo por razões racial, gênero, localização, entre outros.

“E o que a questão social tem a ver com a questão econômica?”, pode-se perguntar, é que justamente esses mesmos grupos sociais que sofrem constantemente vários tipos de agressões, também são os mesmos que sofrem por terem pouca renda e recursos. Suas condições de vida são afetadas, pois uma grande parte desses grupos sociais não possuem acesso a uma boa educação e saúde de qualidade, direito ao trabalho, direito à moradia, ter boas condições de trabalho e locomoção, entre outros, como citado pelo site Politize (2017).

Isso se torna um grande ciclo sem fim, pois esses grupos estão sempre lutando por seu espaço na sociedade, no ambiente de trabalho, no ensino e na política, mas infelizmente não possuem grande representatividade nesses lugares, e, por consequência, esses grupos sociais

são afetados quando estão à procura de um bom emprego que lhe dê uma boa renda, pois não tiveram a oportunidade de estudar em um ensino de boa qualidade, limitando o seu conhecimento e fazendo com que permaneçam nesse mesmo lugar, de precarização e inferioridade em relação aos grupos sociais.

Na pandemia da Covid-19, o ensino da classe baixa ficou fragilizado, intensificando ainda mais o aumento da desigualdade social. Através da dificuldade gerada para aqueles que não possuíam muitos recursos, os deveres passaram a serem feitos de forma remota, sem explicação de um professor(a) para ensinar, essa responsabilidade ficou na conta dos pais da criança, mas acontece, por muitas vezes, que os pais de uma criança de renda baixa, não concluíram seus estudos e ainda tem aqueles que não sabem ler e nem escrever, por vezes, a falta de aparelhos e internet para pesquisarem, foi um grande determinante para criar esse espaço ainda maior na qualidade de formação da classe baixa comparada a outras classes sociais, limitando o acesso de estudantes mais pobres.

Soares (2021), economista e professor do Instituto de Ensino e Pesquisa - Insper, entrevistado pelo G1, aponta que a disparidade educacional, da qual acontece entre níveis socioeconômicos diferentes, vai ser aumentada nessa geração e levada por muitos anos. E o grande desafio da política educacional no decorrer dos anos, será minimizar esse processo. Pois, a situação das finanças enfrentará implicações que dificultam fazer políticas públicas voltadas para esse sentido.

Não obstante a isso, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, na pesquisa de Alvarenga; Martins (2021), pontua que mais de 5 milhões de crianças e adolescentes não estão participando de forma regular da escola no país. Calculando uma regressão de duas décadas no número de crianças e adolescentes desvinculados da escola.

6.2 Famílias de classe média

Em contrapartida, as famílias de classe média são entrelaçadas por outras razões que fazem com que não consigam manter um controle da sua vida financeira. Pois por muitas vezes mantém um custo de vida elevado, tem a constante busca por se manter em um determinado ciclo social, e assim, é levada facilmente pelo consumismo.

Essa classe tem um papel fundamental para o desenvolvimento da economia do país. Pois, é ela que sustenta o consumo, aumenta a possibilidade do investimento em saúde, educação e construção civil, permitindo também a existência de serviços através de suas contribuições tributárias.

Segundo a matéria da BBC News (2019), na maioria dos países da OCDE, o alto grau de endividamento é maior na classe média comparada com outras classes, e isso vem crescendo cada vez mais. Uma das causas desse endividamento dessa classe foi a elevação do custo de vida, em que os custos de bens e serviços aumentaram desproporcionalmente ao aumento de renda, acontecendo de terem que gastar mais do que ganhavam.

E, na pandemia da Covid-19 isso se intensificou, no Brasil, 6 em cada 10 brasileiros da classe média tiveram perda de renda no último ano, o que significa uma ordem de 19% das famílias que estão vivendo com a metade ou menos da sua renda de antes da pandemia e isso fez dos 100,1 milhões de brasileiros da faixa intermediária, 4,9 milhões caírem para a baixa renda, segundo a pesquisa do site Poder 360.

Na pesquisa de Alvarenga; Martins (2021), foi feito um levantamento e apontou, 58% dos brasileiros da classe média tiveram que recorrer a “bicos”, pessoas tiveram que vender algum bem ou abrir algum negócio como forma de fazer renda extra após a chegada da pandemia. 71% relataram ter pelo menos uma conta atrasada, sendo em média 4,6 contas atrasadas entre os inadimplentes da entrevista.

Outra consequência da pandemia para a classe média, 35% dos entrevistados afirmaram que não conseguiram manter a doméstica ou a babá, 23% tiveram que abrir mão ou perderam o seu plano de saúde (como demonstrado na figura abaixo: a saída da unidade de saúde particular para a pública) e 18% dos quais antes pagavam escolas particulares para os seus filhos, tiveram que deixar em escolas públicas.



Fonte: Correio Braziliense

Sendo negativo para a economia do Brasil, pois com a redução da renda dessa classe, significa que, segundo Instituto Locomotiva na matéria de Alvarenga; Martins (2021), a classe média deixará de consumir cerca de 100 bilhões em 2021, dificultando ainda mais a recuperação da economia do país.

Ainda segundo Alvarenga; Martins (2021), aqueles que conseguiram permanecer na classe média, ainda é complicado a criação de novos empregos e um cenário mais confortável. Porém para aqueles dos quais não estão mais, fica cada vez mais distante a retomada. Pois com o crescimento da economia comprometida e a redução de programas sociais, somam dificuldades extras para a mudança da classe baixa para as outras classes, tirando assim, a perspectiva de ascensão.

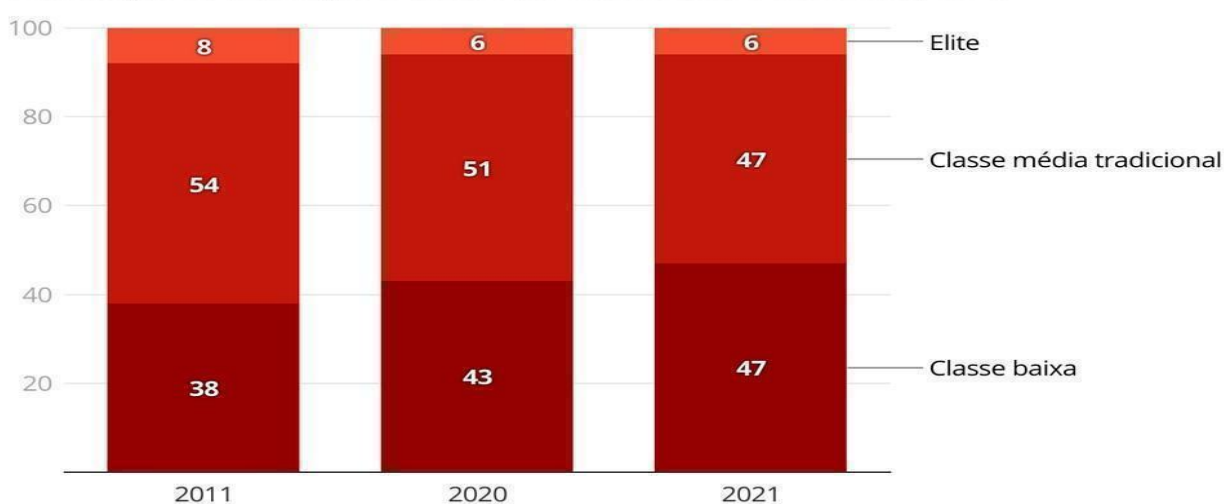
Isso se deu, segundo o economista Meirelles (2021) – presidente do Instituto Locomotiva, justamente pelo motivo de essa camada da população não ter poupança (ou reserva emergencial), nem os recursos da elite para enfrentar essa crise causada pela pandemia. Esses também não se adequaram a programas de auxílio emergencial ou políticas sociais, que se voltavam para a base da pirâmide, a parte da população mais afetada pela crise.

O economista também afirma, que - pesquisa há 20 anos as mudanças que ocorrem nas classes sociais do Brasil e o processo de expansão da classe média no país estagnou desde a crise iniciada no ano de 2014. Mas foi a primeira vez em 10 anos que a classe média deixou de representar mais da metade da população e se iguala a classe baixa.

Conforme mostra o gráfico, a seguir:

Classe média encolhe com a pandemia

Distribuição da população brasileira por classe social e econômica, em %



Fonte: Instituto Locomotiva, a partir de dados do IBGE

6.3 Famílias de classe alta

As famílias de classe alta, dificilmente precisam se preocupar com o dinheiro, pois possuem recursos mais do que necessários para atender às suas demandas financeiras, muitos não sabem sobre educação financeira, mas geralmente possuem uma base sólida e lidam com isso desde novos. Mas ainda existem aqueles que a origem de seu dinheiro veio por meio de prêmios em loterias ou *reality show* e ficaram ricos/ milionários de um dia para o outro. Quando isso acontece é uma mudança drástica que ocorre em sua vida, a ilusão de o dinheiro não ter fim e poderem gastar e só viver com aquele ganho sem trabalhar mais, por muitas vezes faz gastarem exageradamente. Acabando voltando depois de um curto período para a mesma condição financeira de antes ou pior, logo, perdem os seus recursos financeiros tão rápido quanto ganharam.

Para essas pessoas que são ganhadoras de prêmios, a educação financeira é essencial, pois saber lidar com esses recursos é muito importante para saber mantê-los também. A matéria do site Terra: *Do luxo ao lixo: conheça ganhadores da loteria que perderam tudo* (2010), traz relatos importantes de pessoas que viraram milionárias e acabaram perdendo tudo. Segundo a matéria, através de uma pesquisa feita nos Estados Unidos, mostraram como um terço desses ganhadores de loteria foram à falência depois de alguns anos que ganharam os seus primeiros milhões. E ainda fala sobre como o enriquecimento súbito junto com a incapacidade de administrar o patrimônio levou as pessoas ao descontrole financeiro.

Um dos relatos do site, é de um inglês chamado Michael, ganhou 9,7 milhões de libras, o que no Brasil seriam cerca de 26 milhões de reais, porém depois de 8 anos, ele diz que quer voltar a ser lixeiro para sustentar as suas duas filhas, depois de ter gastado toda a sua fortuna em drogas, jogatinas e prostitutas.

E, além disso, ainda tem aqueles que ganham uma grande fortuna através de heranças, geralmente herdadas pelos seus pais ou avós. Não é a regra, mas muitos não sabem lidar com o dinheiro, muitas vezes nem trabalham e só vivem com a mesada que ganha, não se envolvendo no negócio da família e não contribuindo também para aquela renda.

Jaffe (2018), narra a história de como dois irmãos, Malvinder e Shivinder Singh, perderam uma herança de 2 bilhões em apenas alguns anos desde que herdaram a fortuna de uma empresa que foi fundada por seu avô, inclusive, perderam o controle de duas empresas públicas também.

No Brasil, não é diferente desses casos, no site da Mega Sena, conta a história de 10 brasileiros que perderam tudo, um deles é o Antônio Baiano que ganhou 30 milhões de reais na loteria e perdeu essa quantia em 5 anos. Em 1983, ele tinha 19 anos, era zelador e após ganhar

o prêmio da loteria pediu demissão do emprego e começou a viver a vida sem compromisso. Se mudou para uma suíte presidencial de luxo em Salvador, fazia festas extravagantes, emprestava o seu dinheiro aos amigos e gastava muito em restaurantes muito caros.

Logo, é possível observar, quando esse dinheiro vem de forma muito rápida, através de prêmios e heranças, faz com que muito rápido também, algumas dessas pessoas percam o dinheiro ganho ou herdado. Eles não se preocuparam em administrar os seus recursos, muitos sentiram a necessidade de ostentar e elevar o seu padrão de vida, sem se preocupar com os gastos. Por isso, a educação financeira é importante para aprenderem sobre como lidar com os seus recursos, evitando que esses casos aconteçam.

7 ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil, cerca de 12,5 milhões de pessoas ficaram endividadas no fim de fevereiro do ano de 2022, o que representa cerca de 76,6% das famílias endividadas. O grau de endividamento registrado é o maior dos últimos 12 anos, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, divulgada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) na matéria redigida por Magno (2022).

O estudo analisa todas as dívidas registradas, as atrasadas e as não atrasadas, com cheque pré-datado, cartão de crédito, carnê de lojas, empréstimo pessoal, prestação de carro, casa e seguro, o que indica uma piora da saúde financeira do país. E a pesquisa ainda revela, 10,5% não terão como quitar, pagar as parcelas ou outra ação sobre essas dívidas e seguirão por mais tempo inadimplentes, sem expectativa de quitação das dívidas.

A CNC (2022) ainda aponta na matéria que a escalada dos juros encarece o crédito e dificulta a renegociação das dívidas. Segundo a Confederação (2022), "O custo do crédito mais elevado e o próprio endividamento alto entre as pessoas que vivem no mesmo domicílio dificultam a contratação de novas dívidas, como também o pagamento dos compromissos na data de seus vencimentos".

Então, o aumento desses juros torna ainda mais dificultoso o pagamento dessas dívidas, fazendo com que essas famílias endividadas não consigam renegociar as suas dívidas, e assim, não consigam quitar e continuam endividadas, gerando mais juros e dificultando ainda mais a saída dessas famílias do endividamento.

Ainda, segundo a Confederação Nacional do Comércio, essa alta da inflação tem feito com que os orçamentos domésticos fiquem comprometidos, culminando no acirramento dos

indicadores de inadimplência, a qual a tendência de alta estava apontada desde o último trimestre do ano que passou.

Segundo a pesquisa, entre os tipos de dívidas aqui no Brasil no mês de fevereiro do ano de 2022, 86,5% estão concentrados em cartão de crédito, 20,8% em financiamento de carro e casa, 5,7% em cheque especial, entre outros.

Entretanto, essa dificuldade dos brasileiros de lidarem com as suas finanças antecede os dias de hoje. No ano de 1979 teve a crise em que se iniciou à hiperinflação, e a partir daí, foi gerado diversos planos para parar a inflação, até que chegou no 13º plano econômico, Plano Real, em que foi um conjunto de reformas econômicas implementadas no Brasil no ano de 1994 para estabilizar a moeda, acarretando, então, a redução da inflação.

Nesse período, três forças produziam mudanças fundamentais nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais: a globalização, desenvolvimento em tecnologia e alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal, segundo Savoia, Saito e Santana (2007).

Esses tipos de reformas em caráter neoliberal do Estado brasileiro com a justificativa da globalização, desencadeou uma reorientação do papel do governo, se ausentando da oferta de serviços, bens e a proteção aos indivíduos para fazer a transferência dessa responsabilidade do governo para a população. Criando assim, a necessidade da poupança previdenciária, através do disposto da Emenda Constitucional nº 5, de 1998 em que estimula os planos de previdência complementar.

Mesmo com a estabilização da moeda e com a diminuição da inflação, o processo em que a população enfrentou na época de hiperinflação não ficou no passado de forma rápida, foi um processo lento para as pessoas se adaptarem a um novo cenário econômico.

Pois, antes do Plano Real, o curto-prazismo era uma característica muito forte em época de inflação muito alta pelo fato de a moeda perder o seu valor muito rápido, era necessário comprar muito rápido antes que o dinheiro em que possuíam em mãos se desvalorizassem, alavancando, assim, o consumismo.

Com isso, começaram a investir também em imóveis, terras e outros bens tangíveis e os ativos financeiros foram desvalorizados. Esse período de inflação alta e desvalorização da moeda desencadearam uma população consumista, em que não conseguiam se planejar e só priorizavam coisas em curto prazo, sem poupança e sem esperanças de planejamentos futuros.

Logo, a população com essa vivência, sentiu muita dificuldade em poupar, fazer planejamentos em longo prazo e investir em ativos financeiros mesmo com a estabilização da inflação, através do Plano Real.

Era necessária uma reeducação para que essas pessoas conseguissem lidar com o seu dinheiro nesse novo cenário, e assim, se adaptarem de forma instruída, transformando o comportamento passado em novos hábitos financeiros saudáveis.

Porém, não foi isso que aconteceu e o governo com a incapacidade de poupar e realizar investimento que propusessem o crescimento do país, ampliou a oferta de crédito para que incentivasse a população ao consumismo de bens e serviços, a fim de aumentar a produção. Entretanto, só o consumo das famílias não daria conta de estimular os investimentos, que criam empregos e aumento de renda, ainda segundo Savoia, Saito e Santana (2007).

E, para piorar ainda mais o cenário, essa mesma população despreparada, que não sabia lidar com os seus recursos financeiros, foi com ímpeto ao crédito fácil e, endividada, busca formas de restaurar o seu equilíbrio financeiro. Mas o crescimento avassalador do crédito, gerou a inadimplência. Os empréstimos foram pausados e a economia começou a reduzir a sua atividade, abarcando um círculo vicioso de expansão e retração do crescimento.

É evidente que, essa forma indevida de lidar com o crédito não é de hoje, mas entrelaça a nossa história como mostrado acima, atualmente esse problema não foi resolvido e persegue a população brasileira pelo decorrer dos anos.

Nas décadas passadas, o grande problema foi a transferência de responsabilidade do governo para a população e, paralelamente a isso, a oferta de crédito em uma população fragilizada pela alta inflação e sem orientação financeira. Fazendo com que o quadro se agravasse e piorasse a situação do país, causando a inadimplência.

Hoje no Brasil, os dois grandes problemas dessa época se replicam nos dias atuais, a incapacidade do governo de propagar a instrução financeira somado a alta facilidade do consumidor ao crédito, sem direcionamento e instruções, a população continua refém do crédito como uma forma complementar de renda, se endividando mais ainda.

E não obstante a isso, quando se tem esses dois fatores no país e ainda se tem uma crise, a tendência é uma proporção muito maior ao endividamento. A crise política no Brasil em 2014 e a pandemia da Covid-19 fazem com que dificulte ainda mais o avanço da educação financeira no país. Pois como mostrado anteriormente, muitos estão tendo diminuição de ganhos, desemprego, e isso, dificulta ainda mais que a população pense em estudar sobre as suas finanças.

No site Correio Braziliense (2021), Izis Ferreira, pesquisadora responsável pelo levantamento da CNC, aponta que com a inflação em alta, itens essenciais na cesta de consumo, inclusive das famílias de baixa renda, acabou tomando o espaço nos orçamentos das famílias e

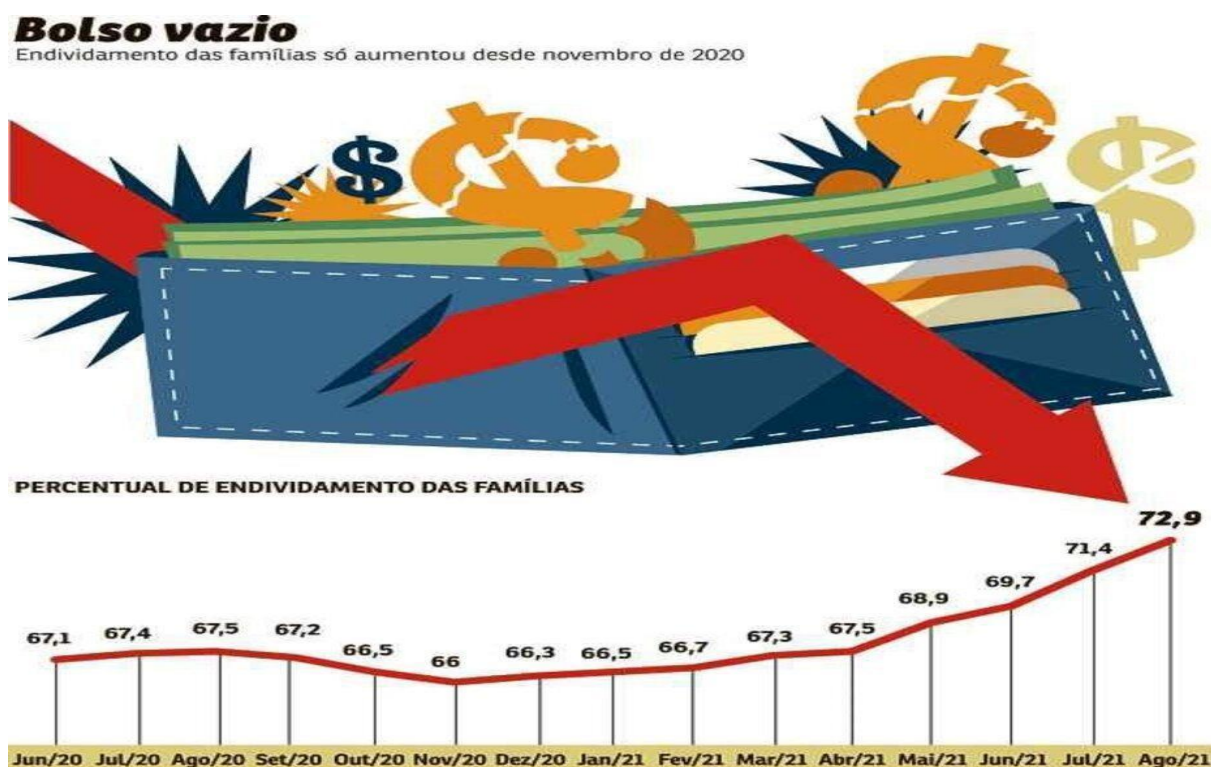
a necessidade de adquirir esses itens, excepcionalmente alimentícios, direcionou a população ao uso do cartão de crédito para complementar a renda, servindo como uma ajuda quando o dinheiro não chega até o fim do mês e acaba sem que pudessem comprar os itens essenciais.

E ainda, o site Correio Braziliense (2021) aponta a conclusão da pesquisa da CNC, de quatro núcleos existentes hoje no Brasil, três deles estão endividados, em sua maioria por razão da utilização do cartão de crédito para aquisição de itens essenciais e outros 25% não conseguem pagar as suas dívidas na data de vencimento.

A secretária Maria Rosa Tavares Oliveira, 39 anos, conta que devido ao estado de sua saúde, toma oito medicações diariamente, e diante disso, tem a necessidade do uso do crédito para cobrir outras despesas básicas. Pois as medicações estão consumindo 30% da renda da sua casa e o restante acaba indo para o pagamento de faturas.

Mais uma ilustração desse cenário, é a cuidadora Rosilene de Souza, 46 anos, residente de Paranoá, nos conta que, por muitas vezes, acaba por fazer a utilização do crédito para realizar a compra do mês. E ainda desabafa, mesmo com a ajuda da família, é um problema que parece um caminho sem saída, parecendo que cada vez mais as faturas estão vindo mais altas.

Gráfico do Correio Braziliense, traz um percentual de endividamento das famílias que começa a aumentar em novembro de 2020:



Fonte: Correio Braziliense

Esse aumento nos traz uma percepção de que as famílias brasileiras têm muita dificuldade de cuidar da sua saúde financeira, por razões do cenário do país e por falta de uma educação que as oriente em relação às suas finanças. Só alavancando cada vez mais o endividamento das famílias no Brasil, sem que haja a diminuição significativa pelos anos que transcorrem, mostrando a nação brasileira cada vez mais longe de efetivamente sair dessa situação para uma condição mais favorável.

O presidente da entidade classista, José Roberto Tadros, entrevistado pelo Correio Braziliense (2021), pontua que a maior causa para esse grande número de endividados e a expansão do uso do crédito vem dos trabalhadores informais, que investem em seu pequeno negócio. Há uma carência muito grande de planejamento de orçamento familiar para o “alívio financeiro” (conseguido através do crédito), onde se transforma em um problema ainda maior do que se tinha inicialmente e ficando ainda mais longe da resolução, se transformando em uma “bola de neve”.

Correio Braziliense (2021) ainda pontua que o acesso ao crédito pelos consumidores chegou à ordem de 19,2% no primeiro semestre do ano de 2021. Sendo a maior taxa desde o ano de 2013, acompanhada também, pela alta inflação no país. Os dados coletados mostram que, desde novembro de 2020, como mostrado no gráfico acima, quando o endividamento estava em 66%, e a partir desse ponto, só aconteceram elevações consecutivas.

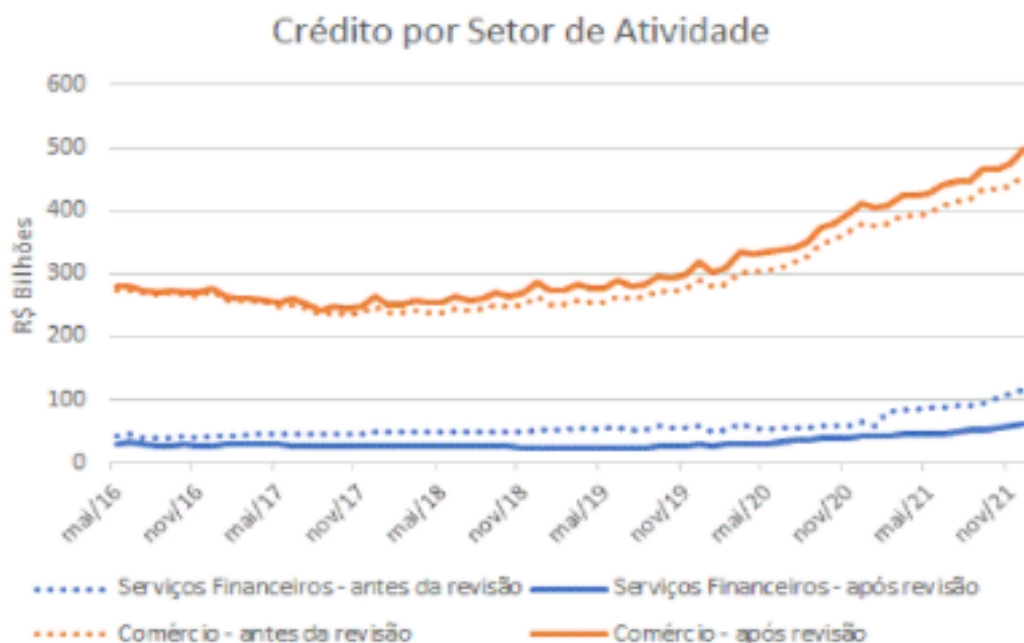
As instituições financeiras têm alavancado cada vez mais o crédito à população. Na matéria de Correio Braziliense informa que o banco digital Nubank publicou a recente ampliação do limite do cartão de crédito a 35 milhões de clientes por 12 meses. O presidente da Caixa, também anunciou, no término do mês de agosto, um lançamento de uma nova linha de crédito que atenderia 100 milhões de indivíduos, sendo “a maior operação de crédito da história do Brasil” e “revolução no mercado financeiro, nas palavras de Guimarães, na reportagem de Correio Braziliense (2021).

O site ainda destaca que, uma grande parte dos grandes supermercados, hoje em dia, já possuem seus próprios produtos financeiros de crédito para compra exclusiva no seu estabelecimento. É o cenário do Grupo Pereira, administra três marcas grandes na linha de supermercados do país, há cerca de três anos (desde o ano de publicação da reportagem, 2021) em que o grupo lançou o produto de crédito Vuon Card. E ainda segundo o Diretor de Negócios do produto, Rafael Souza, o aumento apontado pela CNC sobre o elevado uso do crédito, reflete a demanda pelo cartão.

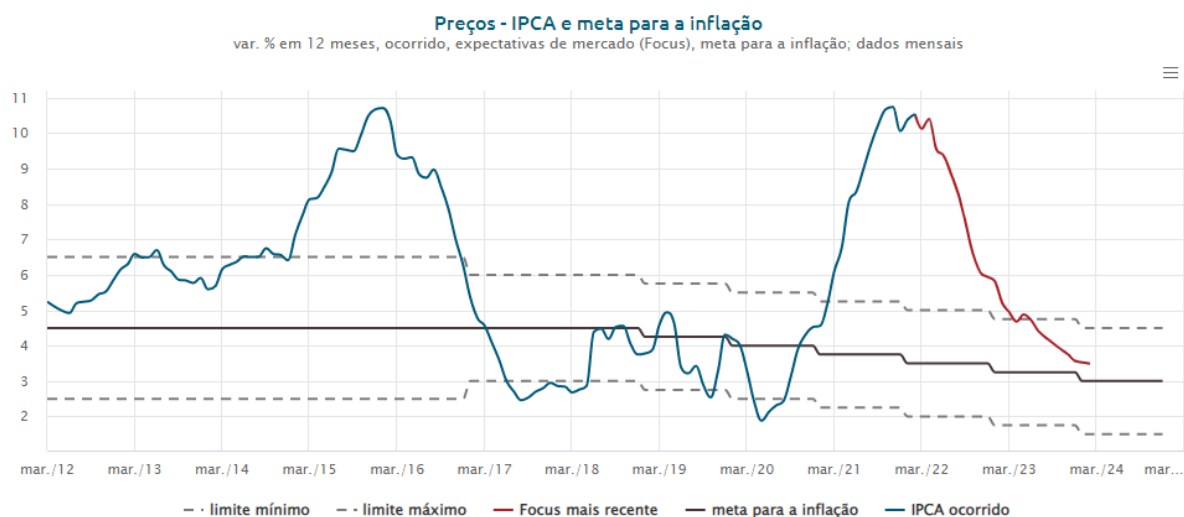
Ele ainda aborda, tem sido um retorno muito grande de crescimento no segmento que ele atua, supermercados, por ser um serviço essencial, não teve muitos impactos ruins pela pandemia e ainda destaca que o cartão teve ainda mais procura nesse período pandêmico, fomentada pela facilidade, criada pelo grupo, dos consumidores conseguirem a aquisição do cartão, com burocracias mínimas, basta apresentar o RG e CPF e em no máximo uma hora é feita a análise, se tornando um produto acessível para todos os consumidores, concretizando assim a ideia do produto.

O consumidor, Manoel Gilmar Mendonça, vigilante de 46 anos, morador da Ceilândia, conta que tem o hábito de realizar as compras com o cartão de crédito para compras exclusivas no supermercado e esse cartão já o livrou muitas vezes de uma situação de “aperto”. Ilustra que, muitas vezes, está faltando alguma coisa em casa, exemplo, o leite, não tem o dinheiro, mas tem o cartão que o permite comprar.

O Banco Central do Brasil aponta, diante do esforço no aprimoramento contínuo das estatísticas, foi notado que grande parte das operações recebíveis de cartão de crédito estava sendo direcionada ao setor de serviços financeiros (bancos, seguradoras, fundos de pensão, emissoras de cartão de crédito, gerentes ativos, intermediários, corretores, operadores de câmbio e casas de câmbio), por serem apreendidas como transações entre as instituições financeiras e as credenciadoras. Porém, novas pesquisas identificaram novas tendências do setor econômico da empresa ou lojista, uma revisão da atribuição de crédito entre os setores de atividade econômica, acabou por diminuir as atribuições dos setores de serviços financeiros. E adentrando em uma nova perspectiva com os outros setores, destacou o comércio varejista, como demonstrado no gráfico abaixo, retirado do Banco Central do Brasil:



Outro dado importante para a análise do estudo sobre o endividamento da população brasileira, é relativo à alta inflação, pois como vimos anteriormente, esse foi um dos fatores que contribuiu para o endividamento no Brasil. Como demonstrado no gráfico a seguir de Preços – IPCA (Índice de preços no consumidor) e meta para a inflação, retirado do Banco Central do Brasil.



No gráfico acima, disponibilizado pelo Banco Central do Brasil, é possível ver que a inflação teve dois grandes picos, o primeiro iniciado no ano de 2014, ficando com a inflação em alta pelos próximos anos 2015 e 2016, mas caindo entre os anos 2017 e 2018.

Posteriormente, o segundo pico, iniciando no ano 2020 e durando pelos próximos anos, 2021 e 2022. O ano de 2014 foi marcado pela crise econômica no Brasil, conhecida também como recessão de 2015/2016 - crise político-econômica ou a grande recessão brasileira, no governo da Dilma Rousseff. Já o ano de 2020 marca o início da pandemia da Covid-19, durando de 2021 até ao ano presente, 2022. Logo, se conclui, as crises enfrentadas pelo país e pelo mundo afeta diretamente a inflação, e consequentemente, o endividamento das famílias também.

O Serasa registrou 63,97 milhões de brasileiros com o CPF restrito em dezembro de 2021, no Mapa da Inadimplência. O levantamento também mostrou que as causas do endividamento vêm a maior parte de débitos de bancos e cartão de crédito com 27,70%, por Utilities (contas básicas como água, energia e gás) com 23,90% e, por fim, por varejo com 12,60%. O gráfico abaixo, retirado do Serasa, demonstra a evolução de inadimplentes do país:



No gráfico a seguir do Serasa, mostra que a população adulta é a maior parte dos inadimplentes, sendo na faixa etária de 26 a 40 anos com 35,6% e 41 a 60 anos com 34,5% dos inadimplentes.



8 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA EVOLUÇÃO NO BRASIL

A OCDE define Educação Financeira como uma trajetória em que os consumidores ou investidores vão aprender sobre os produtos, conceitos e riscos financeiros e por meio dessa educação, se desenvolvem habilidades e confiança para saber fazer escolhas fundamentadas em seus conhecimentos adquiridos, analisando os riscos e as oportunidades financeiras, melhorando o seu bem-estar financeiro.

No Brasil, a educação financeira ainda caminha de forma muito lenta. Existem iniciativas para promover essa educação no país, inclusive do Governo, mas ainda é um assunto pouco debatido, que deveria ter mais atenção, visto o quadro de endividamento do Brasil por longos anos. As consequências que a falta dessa educação provoca, vai desde a desorganização do seu planejamento pessoal e familiar, até a inserção do nome em sistemas de proteção de crédito, como SPC/ Serasa. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, no estudo do site Correio Braziliense (2021), expressa que o Governo Federal, frente ao cenário atual de expansão do crédito e alto endividamento, tem investido em ações para ajudar o

consumidor brasileiro a evitar o superendividamento.

Ainda segundo estudo, no direito comparado, é considerado superendividamento uma pessoa que tem a metade (50%) da sua renda comprometida com dívidas. E mesmo não tendo um número para representar a quantidade de pessoas com superendividamento, é esperado ser essas mesmas pessoas do Mapa de Inadimplência da Serasa.

No Correio Braziliense, Juliana Domingues, secretária nacional do Consumidor, defende o acesso ao crédito. “O problema não é o acesso ao crédito, mas o acesso ao crédito de uma forma não responsável”. Para Domingues é preciso estar alerta sobre uma falsa impressão passada pelo cartão de crédito, ela ainda reforça, tem que se lembrar, o cartão se trata de um empréstimo. E logo, a secretária também defende a educação financeira como forma de evitar o endividamento. “Tem que ter educação financeira. Muitas vezes, a pessoa usa o cartão de forma indevida, sem realmente observar os efeitos, os juros bancários e que, com o cartão, pode não fazer melhor controle da sua conta”.

O professor da Universidade de Brasília (UNB), Roberto de Góes Ellery Júnior, no estudo, explica sobre o risco do cartão de crédito. “O crédito é fundamental para o bom desempenho de uma economia, mas pode ser perigoso quando é concedido além da capacidade de pagamento do consumidor”.

Mas, a Juliana Domingues reforça que o problema não está no acesso ao crédito, mas sim, na falta de instrução financeira. “O consumidor que tem problemas de educação financeira pode acessar dicas para sair do vermelho, mudar hábitos de consumo, dominar emoções de consumo, aprender sobre orçamento doméstico e planejamento financeiro”.

Segundo Conselho Regional de Contabilidade de Goiás, em um ranking global, que mede o nível de educação financeira de 144 países, mostrou o Brasil na 74ª posição, inclusive abaixo de alguns dos países mais pobres do mundo, Madagascar, Togo e Zimbábue, em 2014. E mesmo com o passar dos anos até o presente ano, 2022, o Brasil ainda não teve mudanças significativas, mas sim, um processo muito lento.

Segundo Savoia, Saito e Santana (2007), em sua pesquisa fala que não foram encontrados trabalhos que consolidam as informações sobre educação financeira, mas para uma contribuição institucional para futuras discussões sobre o assunto, realizou um levantamento das principais ações desenvolvidas pelos órgãos governamentais, instituições financeiras e de ensino, associações e mídia, relativas ao tema. Para ilustrar a evolução da educação financeira, se explica que essas ações são insuficientes para suprir a demanda por esses conhecimentos.

Algumas ações elencadas por Savoia, Saito e Santana (2007), foram respectivamente: Ministério da Educação e Cultura (MEC) em conjunto com o Ministério da Fazenda, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, e as secretarias da Fazenda e de Educação dos estados estão concretizando um Programa Nacional de Educação Fiscal que tem por objetivo a capacitação das pessoas na área fiscal. Para isso, através da Escola de Administração Fazendária (Esaf) são ofertados cursos virtuais e disponibiliza materiais sobre o assunto; Universidades não identificaram participação assídua no processo de educação financeira; Banco Central do Brasil possui o Programa de Educação Financeira (PEF), em que é responsável pelo direcionamento da sociedade a respeito dos assuntos econômicos, fazendo também alguns projetos, entretanto, não conseguem atingir de forma ampla o público adulto; Comissões de Valores Mobiliários (CVM) realiza palestras e distribui cartilhas sem custo de educação ao investidor; Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) tem um programa educacional Bovespa, criado em 1989, com o intuito de colaborar aos interessados que deseja conhecer a bolsa e o funcionamento do mercado acionário, não só isso, mas também realiza visitas monitoradas à bolsa, promove palestras e assistências aos indivíduos, através dos projetos Educar e Bovespa Vai até Você, concursos estudantis, apoia concursos de simulação de investimento e cria parcerias com instituições de ensino para distribuição de materiais; Federação Brasileira de Bancos (Febraban) auxilia com informações sobre a utilização de produtos financeiros, exemplo, cartão, caixa automático, segurança e relacionamento com os bancos; Serasa criou o Guia Serasa em que visa ao direcionamento do cidadão e ajuda na gestão dos recursos financeiros; Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid) divulga conceitos sobre investimento pessoal, incentivando a formação do investidor no Brasil e estimulando o desenvolvimento de estudos acadêmicos sobre o mercado de capitais brasileiro. No seu portal oferta serviços de *e-learning* e distribui informações educativas sobre alternativas de investimentos; Instituições financeiras são poucas que desenvolvem programas de educação para os indivíduos, exemplo, o Itaú que disponibiliza o Guia do crédito consciente, informando as pessoas de como fazer o uso de empréstimos e financiamentos, além disso, oferta conceitos com o objetivo da criação de um orçamento familiar; Mídia e eventos tem um papel muito importante para difundir sobre a educação financeira na mídia, revistas, televisão, rádio e internet, o que costuma ser de fácil entendimento para quem está aprendendo. Outra forma é através de eventos, Expomoney oferece palestras gratuitas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte sobre o tema; e as demais associações, como a Associação Brasileira de Empresas

de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) que oferta recomendações através do Manual do portador de cartão e a Associação Nacional da Previdência Privada (ANAPP).

O estudo traz um quadro da OCDE, mostrando os princípios e recomendações de educação financeira, exibido abaixo:

Princípios e recomendações de educação financeira

1. A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2. Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3. O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5. A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.
6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7. A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente, quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com conseqüências relevantes.
9. Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Fonte: OCDE, 2005.

A educação financeira, segundo Lima (2014), não é quando o indivíduo aprende algumas técnicas para administrar seu dinheiro, mas sim, paralelamente a isso, é uma mudança de comportamento também. São conjuntos de atitudes do dia a dia que vão além de saber calcular a taxa de juros quando se compra um automóvel, por exemplo. Lima cita que o processo de educação financeira é perseverante e remete a uma construção de uma mentalidade saudável

em relação ao dinheiro. É ter intimidade sobre o tema e fazer com que o dinheiro se torne um aliado para a felicidade familiar em curto, médio e longo prazo. Pois o principal objetivo da educação financeira, é assegurar uma vida segura no futuro próximo.

Lima (2014), ainda conclui, a educação financeira não é uma prioridade do universo educacional, nem escolar, o que acaba por deixar um prejuízo na formação dos brasileiros, quando falamos de educação financeira. O autor ainda aponta, é urgente que eduquemos os indivíduos do nosso país para a compreensão da importância em ter essa educação. A fim de, conseguir fazer um planejamento financeiro para correrem riscos calculados, evitando o endividamento e futuros problemas financeiros que possam ocorrer, tendo a consciência, de apesar do crescimento econômico do país ser responsabilidade do Governo, depende dos cidadãos também que esse movimento aconteça.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a alta taxa de endividamento, somado a ausência de educação financeira, fez com que a maioria da população brasileira ficasse exposta ao mercado financeiro e sem saber lidar com os seus recursos, inclusive, em meio às crises, a situação econômica dessas famílias acabou piorando. Aumentando cada vez mais o número de endividados, enquanto a oferta de educação financeira caminhou lentamente, com poucas iniciativas realmente efetivas.

Essa falta de educação financeira que iria ensinar as famílias a lidar da melhor forma com o seu dinheiro, como enfrentar as crises, como fazer planejamento de curto, médio e longo prazo, foi um determinante para a piora da economia no país, refletindo nos lares brasileiros, aumentando a taxa de endividamento e de negativados no Serasa.

Entretanto, a ausência de educação financeira, não foi unicamente a causadora do endividamento e da situação delicada em que as famílias brasileiras se encontravam naquele tempo e ainda se encontram hoje, mas sim, um conjunto de fatores, citados no estudo, dos quais foram: a transferência de responsabilidade do Governo para os cidadãos; as fortes crises enfrentadas (hiperinflação antes do Plano Real, o grande recesso de 2014 e a pandemia da Covid-19) que sem instruções, se afundaram na alta expansão do crédito decorrente da época até hoje; e as desigualdades sociais junto com a falta de oportunidade, dificultando muito para uma ascensão e mudança de cenário econômico da base da pirâmide.

Logo, com esse cenário quem mais sofre é a população mais pobre, e depois a classe média, que tiveram muitas dificuldades para comprar os itens básicos de uma casa por causa da alta inflação, impulsionada pelas crises da época (grande recessão de 2014 e pandemia de

Covid-19). Momento em que ocorreu também a diminuição ou perda de renda, aumento do desemprego e fechamento de empresas, inclusive, informais, microempreendedores e pequenas empresas que não conseguiram se manter. Segundo o site Contábeis (2021), 600 mil empresas fecharam durante a pandemia, o que foi sentido também pelos funcionários.

Com isso, o cenário de vida dessas pessoas foi surpreendido pela crise, não estavam preparadas financeiramente para enfrentar essas altas que vem junto com a crise econômica, pois não possuíam instrução financeira para criar um planejamento e uma reserva de emergência.

Então, o crédito foi a única forma encontrada por elas de sobreviver em meio a tudo isso, mas como não tiveram nenhuma instrução de como lidar com o crédito, acabaram ficando submetidas ao endividamento, pois não existia também uma perspectiva de melhora e durou anos para que melhorasse, e logo depois não demorou muito para que caísse em outra crise, voltando novamente para o mesmo cenário. E sem melhora econômica e estratégias para mudar a situação dessas famílias, o número de negativados aumentou junto com o endividamento.

Por esses motivos, e, para proporcionar uma qualidade de vida às famílias brasileiras, é de suma importância que a educação financeira seja introduzida nos lares do Brasil. Ensinando orçamento familiar, planejamento, como lidar com “apertos” econômicos, saber aproveitar oportunidades e a realizar investimentos de acordo com o perfil do indivíduo.

Porém, tem sido muito difícil a implementação da educação financeira no Brasil, a análise feita sobre a evolução da educação financeira no país, mostrou que ainda não existe um projeto exatamente de educação financeira, mas sim, apenas iniciativas de alguns órgãos públicos e de iniciativas privadas que dão algumas informações, aconselhamento, palestras, entre outros, relacionados ao tema.

Esse processo de educação financeira no Brasil, ainda caminha de forma muito lenta e não tem muita perspectiva de crescimento, mas apesar de tudo, existe sim, uma evolução sobre o debate e a divulgação dessa educação, mais atrelada a investimentos, um grande demonstrativo disso, é o aumento de pessoas na bolsa de valores (B3), tendo atingido 5 milhões de contas de pessoas físicas em renda variável em janeiro de 2022.

Portanto, a pesquisa realizada sobre as consequências que a ausência de educação financeira pode acarretar a vida do cidadão brasileiro, relacionou o endividamento com a educação financeira, e, concluiu, o estudo sobre a educação financeira se torna cada vez mais necessário visando aumentar o debate sobre o assunto, desvendar como que se dá o aumento do

endividamento e como a educação financeira é a instrução necessária para uma mudança do cenário econômico do Brasil e das famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarenga, Darlan; Martins, Raphael. **Classe média ‘encolhe’ na pandemia e já tem mesmo ‘tamanho’ da classe baixa.** G1, 17 de abril de 2021.

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/17/classe-media-encolhe-na-pandemia-e-ja-tem-mesmo-tamanho-da-classe-baixa.ghtml>> acessado em 09 de março de 2022.

ARAUJO, Fernando Cosenza; CALIFE, Flávio Esteve. **A história não contada da Educação Financeira no Brasil.** ROQUE, JRR Otimização na recuperação de ativos financeiros, p. 1-11, 2014.

B3 atinge 5 milhões de contas de investidores em renda variável em janeiro. B3, 04 de fevereiro de 2022. <https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/5-milhoes-de-contas-de-investidores.htm#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20final%20de,no%20mesmo%20m%C3%AAs%20de%202021.> acessado em 16 de março de 2022.

Brasil é o 74^a em ranking global de educação financeira. CRCGO, 2014.

<<https://crcgo.org.br/novo/?p=9580#:~:text=Brasil%20%C3%A9%20o%2074%C2%BA%20em%20ranking%20global%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20financeira&text=Um%20novo%20ranking%20global%2C%20que,como%20Madagascar%2C%20Togo%20e%20Zimb%C3%A1bue.>> Acessado em 13 de março de 2022.

Brasil: implementando a estratégia nacional de educação financeira. ENEF, 2010.

<https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf> acessado em 28 de junho de 2021.

BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. Financial literacy: an overview of practice, research, and policy. Federal Reserve Bulletin, Nov. 2002.

Brincando com a sorte: 10 ganhadores que perderam tudo. Mega Sena, 18 de dezembro de 2020. <<https://www.megasena.online/noticias/os-maiores-fails-de-loterias>> acessado em 07 de março de 2022.

Cerca de 600 mil empresas fecharam as portas durante a pandemia. Contábeis, 20 de setembro de 2021. <<https://www.contabeis.com.br/noticias/48730/cerca-de-600-mil-empresas-fecharam-as-portas-durante-a-pandemia/#:~:text=Devido%20%C3%A0%20pandemia%2C%20o%20n%C3%BAmero,a%20menos%20em%20dois%20anos.>> acessado em 16 de março de 2022.

Como superar a extrema pobreza no Brasil. Ponte Social, 2021.

<https://pontesocial.org.br/post-como-superar-a-extrema-pobreza?gclid=CjwKCAiA1-6PBhBCEiwAc2GOVJbWPL6KPFgxykabY_ZfO1J7pYozBHxfuBI2kMaZWHQt6SL37030BoC3MYQAvD_BwE> acessado em 20 de janeiro de 2022.

Conceito de Educação Financeira no Brasil. ENEF, 2017.

<https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-nobrasil/?doing_wp_cron=1649197008.3884439468383789062500https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-nobrasil/?doing_wp_cron=1649197008.3884439468383789062500> acessado em 20 de janeiro de 2022.

Desigualdade Social: um problema sistêmico e urgente. Politize!, 2017. <<https://www.politize.com.br/desigualdade-social/>> acessado em 20 de janeiro de 2022.

Detalhamento do Gráfico. Banco Central do Brasil, 2022.

<<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/grafico/graficoestatistica/precos>> acessado em 13 de março de 2022.

Do luxo ao lixo: conheça ganhadores da loteria que perderam tudo. Terra, 07 de dezembro 2010. <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/do-luxo-ao-lixo-conheca-ganhadores-da-loteria-que-perderam-tudo,5c184af60c6ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>> acessado em 04 de março de 2022.

Endividamento das famílias sobe a 67,5% e volta a bater recorde, aponta estudo. Site CNN BRASIL, 2021. <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/05/04/proporcao-de-familias-endividadas-sobe-para-67-5-em-abril-diz-cnc>> acessado em: 28 de junho de 2021.

Estatísticas monetárias e de crédito. Banco Central do Brasil, 24 de fevereiro de 2022. <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>> acessado em 13 de março de 2022.

Estudo mostra que brasileiro faz dívidas até para comprar comida. Correio Braziliense, 2021. <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/09/4947885-estudo-mostra-que-brasileiro-faz-dividas-ate-para-comprar-comida.html>> acessado em 12 de março de 2022.

Figo, Anderson. **Plano Collor: o confisco da poupança que derrubou a Bolsa em mais de 40% em dois dias.** InfoMoney, 09 de outubro de 2020.

<<https://www.infomoney.com.br/mercados/plano-collor-o-confisco-da-poupanca-que-derrubou-a-bolsa-em-mais-de-40-em-dois-dias/>> acessado em 11 de março de 2022.

GLOSSÁRIO – Custo de Vida. Site *The Capital Advisor*

<<https://comoinvestir.thecap.com.br/custo-de-vida/>> acessado em 02 de dezembro de 2021.

Hessel, Rosana. **Empobrecida, classe média deve usar mais a saúde e a educação públicas.** Correio Braziliense, 16 de agosto de 2020.

<<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/08/4868823-novo-normal-do-consumo.html>> acessado em 24 de março de 2022.

Jaffe, Dennis. **Como dois irmãos perderam uma herança de US\$ 2 bilhões.** Forbes, 29 de setembro de 2018. <<https://forbes.com.br/principal/2018/09/como-dois-irmaos-perderam-uma-heranca-de-us-2-bilhoes/>> acessado em 04 de março de 2022.

KIYOSAKI, R. T. **Pai Rico, Pai Pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro.** Edição de 20 anos. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2017.

Lima, Leandro Luiz Fernandes. **Como as famílias utilizam a educação financeira,** 2014.

LUCCI, Cintia Retz et al. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. **Seminário em Administração**, v. 9, 2006.

Magno, Alan. **Endividamento atinge maior patamar em 12 anos e afeta 76% das famílias no Brasil.** O Povo, 03 de março de 2022.

<<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2022/03/03/endividamento-atinge-maior-patamar-em-12-anos-e-afeta-76-das-familias-no-brasil.html>> acessado em 07 de março de 2022.

Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil. Serasa, 2021.

<<https://www.serasa.com.br/assets/cms/2022/MKTECS-654-Mapa-da-Inadimplencia-Dezembro-2-1.pdf>> acessado em 13 de março de 2022.

Mori, Letícia. **Por que a classe média está ficando muito endividada em vários lugares do mundo, segundo a OCDE.** BBC News, São Paulo, 10 de abril de 2019.

<<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47882648>> acessado em 10 de fevereiro de 2022.

Na pandemia, classe média diminui e chega a ‘tamanho’ da classe baixa. Poder 360, 17 de abril de 2021. <<https://www.poder360.com.br/economia/na-pandemia-classe-media-diminui-e-chega-a-tamanho-da-classe-baixa/#:~:text=O%20levantamento%2C%20divulgado%20neste%20s%C3%A1bado,a%20R%24%203.755%2C76>> acessado em 15 de fevereiro de 2022.

Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira. Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe, 2005.

RENNÓ, Joel. **Crise econômica aumenta casos de ansiedade e depressão.** Estadão, São Paulo, 27 de janeiro de 2016. <<https://emails.estadao.com.br/blogs/joel-renno/crise-economica-agrava-casos-de-ansiedade-e-depressao/>> acessado em: 27 de junho de 2021.

Savoia, José Roberto Ferreira; Saito, André Taue e Santana, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** Revista de Administração Pública - RAP. 2007;41(6):1121-1141.